

BRASIL - ECONOMIA

# Acordo com o Fundo, quase inevitável

O Brasil está sendo empurrado para um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A histeria no mercado cambial não deixa escolha ao governo, além de buscar auxílio externo e, talvez, adotar medidas mais duras para conter o desvario. A alegada insegurança transformou-se em tumulto, nos últimos dias, e o dólar, ontem, chegou, às 15h30, à absurda cotação de R\$ 3,031. O risco Brasil, com 6,8% de alta, bateu em 1.870 pontos, indicando um País virtualmente quebrado. Economia em frangalhos? Nada parecido com isso é apontado pelos últimos números.

Houve melhora nas contas externas. O superávit comercial continua a crescer. O déficit em conta corrente encolheu em junho, mais uma vez, e nos últimos 12 meses foi totalmente financiado – e com sobra – pelo investimento direto estrangeiro. A política fiscal permaneceu austera, a inflação é moderada e os juros básicos da economia foram reduzidos. Além disso, aumentou no primeiro semestre o número de pessoas empregadas – e com registro na carteira de trabalho. No mercado financeiro, enquanto isso, tudo se passa como se o País estivesse a um passo de um desastre e nada restasse além do salve-se-quem-puder.

Se há algum risco, não decorre dos funda-

mentos da economia, mas de um mercado financeiro desvairado, em que a especulação se mistura com surtos de irracionalidade coletiva. Não tem sentido, nesse quadro, o Banco Central (BC) continuar despejando a ração diária de US\$ 50 milhões. Esse dinheiro será apenas absorvido pelos primeiros compradores, sem que se resolva o problema de quem precisa de moeda estrangeira para seus compromissos. Faria mais sentido, nesta altura, racionar a oferta de reservas.

Uma hipótese razoável, à primeira vista, seria dar prioridade a empresas que tenham dívidas para pagar, neste semestre, e que possam provar compromissos contraídos até uma data determinada. Pode não ser a melhor idéia possível, mas é mais sensata, quase certamente, do que jogar US\$ 50 milhões por dia num sorvedouro sem fundo. Não vale descartar a proposta, liminarmente, com uma declaração de amor ao mercado. A ração diária já é uma intervenção. Se é preciso intervir, por que não buscar uma fórmula mais eficiente e, se possível, menos favorável ao especulador?



Não se justifica, por amor aos princípios do mercado, aceitar o risco de uma crise cambial. Muito menos para uma economia que vem sendo administrada com austeridade e que realizou, nos últimos três anos e meio, um gigantesco ajuste no balanço de pagamentos. Nesse intervalo, o Brasil cortou 50% de um déficit em conta corrente de US\$ 36 bilhões. Nenhum país, desde a crise iniciada em 1997 na Ásia, realizou algo parecido. É inaceitável desperdiçar esse esforço.

Seja qual for a fórmula encontrada para o melhor uso de reservas, o governo dificilmente poderá deixar de recorrer ao FMI, se a histeria no mercado não se dissipar. Segundo o presidente do BC, Armínio Fraga, um acordo, agora, depende principalmente do Brasil.

A alta gerência do Fundo, de acordo com o presidente do BC, já manifestou a disposição de fechar um novo acordo, se o governo brasileiro optar por esse remédio. Não está claro, no entanto, se a anuência explícita dos candidatos à Presidência da República será indispensável. Em princípio, o Fundo

pode negociar com o Brasil compromissos que se estendam ao próximo governo.

É difícil imaginar que algum candidato prefira assumir a Presidência no meio de uma crise cambial. Os contatos do presidente do BC com representantes das várias coligações, nos últimos dias, devem ter servido, pelo menos, para esclarecer as opções e os riscos.

Não só a instabilidade interna torna reco-

**É hora de ver  
se a ração  
diária de  
dólares vem  
sendo usada  
com eficácia**

mendáveis novas iniciativas do governo. A insegurança no mercado financeiro internacional também não deixa muita escolha. Quanto maior o risco de uma cri-

se cambial no Brasil, menor será o acesso do País a recursos privados. Isso torna ainda mais desejável o acordo com o Fundo. Esse acordo pode envolver compromissos de maior austeridade fiscal. Isso não deve ser um obstáculo, porque, objetivamente, o próximo presidente não terá muita liberdade para manejar o Orçamento, em 2003, com ou sem compromisso com o FMI.